

09/05/2022

PLENÁRIO

SEGUNDOS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE  
PRECEITO FUNDAMENTAL 616 BAHIA

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO  
EMBTE.(S) : SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DO  
ESTADO DA BAHIA  
ADV.(A/S) : ANA CAROLINA ANDRADA ARRAIS CAPUTO  
BASTOS  
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS  
ADV.(A/S) : BEATRIZ DONAIRE DE MELLO E OLIVEIRA  
ADV.(A/S) : ALEXANDRE PACHECO BASTOS

**Ementa:** PROCESSO CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL OPOSTOS POR *AMICUS CURIAE*. INADMISSIBILIDADE.

1. Embargos de declaração opostos por *amicus curiae* contra acórdão que determinou a suspensão das decisões judiciais que promoveram constrições judiciais por bloqueio, penhora, arresto ou sequestro, além da sujeição da Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA ao regime constitucional de precatórios.

2. De acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, os *amici curiae* não têm legitimidade para opor embargos de declaração em sede de controle concentrado de constitucionalidade. Precedentes: ADI 3.239-ED segundos, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Rosa Weber; ADI 5.774-ED, Rel. Min. Alexandre de Moraes; ADI 5.441-ED segundos, Rel. Min. Alexandre de Moraes; ADI 3.785-ED, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Cármen Lúcia.

3. Embargos não admitidos.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual, por unanimidade de votos, em deixar de admitir os embargos de declaração opostos pelo Sindicato

**ADPF 616 ED-SEGUNDOS / BA**

da Indústria da Construção do Estado da Bahia, em observância à jurisprudência consolidada desta Corte, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de abril a 6 de maio de 2022.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO** - Relator

09/05/2022

PLENÁRIO

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE  
PRECEITO FUNDAMENTAL 616 BAHIA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DO ESTADO DA BAHIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANA CAROLINA ANDRADA ARRAIS CAPUTO BASTOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: BEATRIZ DONAIRE DE MELLO E OLIVEIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ALEXANDRE PACHECO BASTOS</b>

**RELATÓRIO:**

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), admitido nesta ação na qualidade de *amicus curiae*, contra acórdão do Plenário desta Corte que, por maioria de votos, julgou procedente o pedido formulado na inicial para: (i) suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro; (ii) determinar a sujeição da Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA ao regime constitucional de precatórios; e (iii) determinar a imediata devolução das verbas subtraídas dos cofres públicos, e ainda em poder do Judiciário, para as respectivas contas de que foram retiradas; ficando prejudicado o pedido de natureza cautelar.

2. O embargante alega ter interesse recursal na situação concreta, o que justificaria o conhecimento do recurso. Sustenta a necessidade de modulação temporal dos efeitos da decisão para preservar as medidas adotadas nos processos judiciais com trânsito em julgado. Afirma, ainda, que o acórdão se baseou em premissa equivocada, tendo em vista que a EMBASA teria passado a atuar em regime de concorrência

**ADPF 616 ED-SEGUNDOS / BA**

*ope legis.*

3. Eis o breve relatório.

09/05/2022

PLENÁRIO

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE  
PRECEITO FUNDAMENTAL 616 BAHIA**

**VOTO:**

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. Os embargos são inadmissíveis.

2. Conforme jurisprudência amplamente consolidada neste Supremo Tribunal Federal, os *amici curiae* não têm legitimidade para interpor recursos nas ações destinadas ao controle concentrado de constitucionalidade, como a presente. Assim, não se aplica ao caso o art. 138, § 1º, do CPC/2015, que reconhece tal possibilidade nos processos ordinários. Entre diversos precedentes nesse sentido, destaco as seguintes ementas:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO OPOSTOS POR AMICUS CURIAE.  
ILEGITIMIDADE. NÃO CONHECIMENTO. PRECEDENTES.**

1. Firmou-se a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que o *amicus curiae* não ostenta, nessa condição, legitimidade para opor embargos de declaração nos processos de índole objetiva, sendo inaplicável o art. 138, § 1º, do CPC às ações de controle concentrado de constitucionalidade. Precedentes.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

(ADI 3.239-ED-segundos, Relª. Minª. Rosa Weber, negrito acrescentado)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE  
LEGITIMIDADE RECURSAL DE AMICUS CURIAE.  
PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO. INTERVENÇÃO**

**ADPF 616 ED-SEGUNDOS / BA**

DE TERCEIRO (ASSISTÊNCIA). INVIABILIDADE. LEI 20.805/2013 DO ESTADO DE MINAS GERAIS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL consolidou-se no sentido de que *amicus curiae* não possui legitimidade para interpor recursos em sede de controle abstrato de constitucionalidade [...].

(ADI 5774-ED, Rel. Min. Alexandre de Moraes, **negrito acrescentado**)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR *AMICUS CURIAE*. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.**

(ADI 3.785-ED, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Cármen Lúcia, **negrito acrescentado**)

3. A razão para a manutenção desse entendimento é muito simples: as leis que regulamentam o controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal são leis especiais, de modo que, mesmo após o advento do novo Código de Processo Civil, a inadmissibilidade de recursos interpostos pelo *amicus curiae* permanece em vigor, ante o critério da especialidade. Nesse particular, é inaplicável a regra geral do art. 138, § 1º, do CPC.

4. Diante do exposto, deixo de admitir os embargos de declaração opostos pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, em observância à jurisprudência consolidada desta Corte.

5. É como voto.

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 616**

PROCED. : BAHIA

**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**

EMBTE.(S) : SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DO ESTADO DA BAHIA

ADV.(A/S) : ANA CAROLINA ANDRADA ARRAIS CAPUTO BASTOS (26891/DF)

ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS (02462/DF)

ADV.(A/S) : BEATRIZ DONAIRE DE MELLO E OLIVEIRA (15315/DF)

ADV.(A/S) : ALEXANDRE PACHECO BASTOS (52682/DF)

**Decisão:** (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, deixou de admitir os embargos de declaração opostos pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, em observância à jurisprudência consolidada desta Corte, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 29.4.2022 a 6.5.2022.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário